

RELATÓRIO GERAL DE MONITORAMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 2023

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ozório Adolfo Juvenil Góes Nunes de Sousa
Controlador-Geral do Estado do Pará

Alegria Leite Borges Leal
Controladora-Geral Adjunta de Controle Interno

Ana Paula Pantoja Pinto
Controladora de Transparência e Integridade

Juares Nunes da Silva
Autoridade de Gerenciamento e-SIC e Ouvidor

Fabília Carneiro Oliveira
Suplente da Autoridade de Gerenciamento e-SIC

Raynara Mayra Nascimento Vieira
Dalila do Nascimento Araújo
Cleber Luiz Coelho da Silva
Equipe de Apoio ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
DADOS ESTATÍSTICOS DO SISTEMA SIC.PA	3
RANKING DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES	9
MONITORAMENTO DA LAI	15
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA	21
DADOS OBRIGATÓRIOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA	24
DISPOSIÇÕES FINAIS	27
ANEXOS	31

APRESENTAÇÃO

Em 18 de novembro de 2011, por meio da Lei Federal nº 12.527, foi regulamentada no Brasil a Lei de Acesso à Informação (LAI), um importante instrumento legal que garante o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. A LAI estabelece procedimentos claros e objetivos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, possa solicitar acesso a documentos, dados e informações de interesse público. Além disso, define prazos e critérios para que os órgãos públicos atendam às solicitações de forma transparente e eficiente.

No Estado do Pará, o Decreto Estadual nº 1.359/2015 regulamentou a implementação da Lei de Acesso à Informação, atribuindo à Controladoria-Geral do Estado do Estado do Pará (CGE/PA) o papel de órgão responsável pelo gerenciamento e monitoramento do acesso à informação na administração pública estadual quanto aos seus prazos e procedimentos.

Ademais, o art. 61º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 determinou que em cada entidade deve existir um servidor formalmente designado, intitulado como Autoridade de Gerenciamento, para: responder aos pedidos de acesso à informação direcionados à instituição (seja via sistema SIC.PA, telefone, correio eletrônico ou presencialmente), elaborar o Relatório Anual sobre o Cumprimento da Lei de Acesso à Informação no órgão, dentre outras atribuições previstas no decreto.

Nesse sentido, por meio do Ofício Circular CGE nº 16/2023-GAB, expedido em 19 de dezembro de 2023, a Controladoria-Geral do Estado do Pará notificou os Órgãos, Secretarias e Entidades pertencentes ao Poder Executivo Estadual, no total de 79 (setenta e nove) instituições, acerca da obrigatoriedade de produção e envio para a CGE/PA do Relatório Anual de Implementação e Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) até o dia 31 de janeiro de 2024, remetido pela Autoridade de Gerenciamento do órgão, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 61º do Decreto Estadual nº 1.359/2015.

Com base no exposto, este relatório tem como objetivo apresentar uma síntese compilada dos dados enviados pelas Secretarias, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio dos seus respectivos Relatórios Anuais da Lei de Acesso à Informação referentes ao ano de 2023, provenientes da base do sistema de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC.PA), bem como, abordar outros eventos relevantes de transparência ativa e passiva ocorridos em 2023 no Poder Executivo do Estado do Pará.

DADOS ESTATÍSTICOS DO SISTEMA SIC.PA

Antes de discorrer sobre os dados gerados no sistema SIC.PA, é importante destacar o conceito de transparência passiva que, de forma simples, refere-se à divulgação de informações em resposta a solicitações específicas do público. Isso ocorre quando uma pessoa, física ou jurídica, solicita informações a uma instituição pública, por meio de procedimentos formais, e a instituição demandada fornecerá as informações solicitadas conformes os critérios legais estabelecidos.

No Pará, o Decreto Estadual nº 1.359/2015 regulamentou a implementação da Lei de Acesso à Informação e determinou que os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual criassem o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para que pudessem protocolizar documentos, requerimentos, receber e registrar os pedidos de acesso à informação. O Decreto citado também estabelece os procedimentos a serem observados, tanto pelo cidadão como pelo órgão, e determina o prazo máximo de 20 (vinte) dias para a unidade demandada responder aos pedidos de acesso à informação, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa.

Diante disso, foi implementado em 2016 o sistema de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC.PA), acessado pelo *link*: <https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>, como um importante instrumento de transparência passiva, pelo qual qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar e acompanhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados

aos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Além de viabilizar o cadastro das solicitações, o sistema também gera dados estatísticos. Dessa forma, foi feita uma análise das estatísticas gerais, anexadas ao final do relatório, de todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, destacando-se as observações que se seguem.

Solicitações por Instância

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram registradas 4.214 (quatro mil e duzentos e quatorze) solicitações no sistema e-SIC, protocoladas por 1.887 (mil e oitocentos e oitenta e sete) solicitantes.

Do total de solicitações registradas, 3.849 (três mil e oitocentos e quarenta e nove) foram pedidos de acesso à informação, sendo 83,30% (oitenta e três inteiros e três décimos por cento) respondidas dentro do prazo, 13,40% (treze inteiros e quatro décimos por cento) respondidas após o prazo, restando apenas 3,40% (três inteiros e quatro décimos por cento) não respondidas.

Tabela 1- Solicitações por Instância em 2023

Instância	Respondidas									Não Respondidas									Total
	No prazo			Após prazo			Total respondidas			Em andamento			Atrasadas			Total não respondidas			
	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	Qtde	%	Tempo Médio (dias)	
Solicitação	3205	83,30%	7,8	515	13,40%	58,3	3720	96,60%	14,8	0	0		129	3,40%	255,4	129	3,40%	255,4	3849
Reclamação	13	20,60%	1,5	39	61,90%	66	52	82,50%	49,9	0	0		11	17,50%	298,1	11	17,50%	298,1	63
Recurso 1ª Instância	89	38,20%	2,5	125	53,60%	61,1	214	91,80%	36,7	0	0		19	8,20%	128,7	19	8,20%	128,7	233
Recurso 2ª Instância	8	16,30%	1,8	33	67,30%	66,2	41	83,70%	53,7	0	0		8	16,30%	174,4	8	16,30%	174,4	49
Solicitação de Revisão	4	36,40%	2,2	4	36,40%	47,2	8	72,70%	24,8	0	0		3	27,30%	194,3	3	27,30%	194,3	11
Recurso AGE	5	100%	9,6	0	0%		5	100%	9,6	0	0		0	0%		0	0%		5
Recurso CDRI	0	0%		0	0%		0	0%		4	100%	348,5	0	0%		4	100%	348,5	4
Total	3324			716			4040			4			170			174			4214

Fonte: sistema SIC.PA

Comparando com 2022 percebe-se que houve um aumento de 10,22% (dez inteiros e vinte e dois décimos por cento), em média, nos pedidos de acesso à informação pelo SIC.PA, o que evidencia um maior conhecimento e nível de

conscientização dos cidadãos e empresas acerca da existência do sistema e a importância desse mecanismo de transparência para instrumentalizar e fortalecer o controle social.

Classificação dos Recursos

Os artigos 20º a 24º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 explicam as possibilidades de recursos que podem ser apresentados pelo requerente, assim como, as circunstâncias em que são possíveis registrar cada tipo de recurso, a quem devem ser direcionados e os respectivos prazos de respostas.

Em 2023 foram contabilizados 291 (duzentos e noventa e um) pedidos de recursos. Desses, 233 (duzentos e trinta e três) foram de 1ª instância, 49 (quarenta e nove) de 2ª instância, 5 (cinco) foram recursos para a CGE e 4 (quatro) para a Comissão de Reavaliação de Documentos e Informações (CRDI). Do total de recursos, 42,30% (quarenta e dois inteiros e três décimos por cento) foram por informação incompleta, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Classificação dos Recursos 2023 x 2022

Classificação dos Recursos	Quantidade em 2023	% em 2023	Quantidade em 2022	% em 2022
Informação incompleta	123	42,30%	138	33,10%
Negativa de acesso à informação	78	26,80%	156	37,40%
Não informada	63	21,60%	73	17,50%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	14	4,80%	28	6,70%
Ausência de justificativa legal para classificação	10	3,40%	19	4,60%
Grau de classificação inexistente	2	0,70%		
Grau de sigilo não informado	1	0,30%		
Pedido de desclassificação da informação			2	0,50%
Prazo de classificação inadequado para o grau de sigilo			1	0,20%
Total	291	100%	417	100%

Fonte: sistema SIC.PA

Fazendo um comparativo com o ano de 2022, observa-se que houve uma

redução significativa no quantitativo de recursos, o que demonstra um maior engajamento das Autoridades de Gerenciamento em responder as solicitações com mais qualidade.

Características dos Solicitantes

Analisando as características dos solicitantes, a maioria continuou sendo de pessoas físicas, no total de 1.768 (mil e setecentos e sessenta e oito), enquanto que 119 (cento e dezenove) foram pessoas jurídicas. Assim como em 2022, houve mais pessoas se identificando como do sexo masculino, no total de 954 (novecentos e cinquenta e quatro) usuários. Em relação à faixa etária, o maior quantitativo, 472 (quatrocentos e setenta e dois), afirmou ter entre 30 e 39 anos de idade e quanto ao nível de escolaridade a maior parte declarou possuir nível superior.

Tabela 3 - Características dos Solicitantes em 2023

Características dos solicitantes	Quantidade	%
Pessoa Física	1768	93,70%
Pessoa Jurídica	119	6,30%
Total	1887	100%
Sexo masculino	954	54%
Sexo feminino	712	40,30%
Sexo não informado	102	5,80%
Total	1768	100%
Até 29 anos	376	21,30%
Entre 30 e 39 anos	472	26,70%
Entre 40 e 49 anos	342	19,30%
Entre 50 e 59 anos	208	11,80%
A partir de 60 anos	141	8%
Não informado	229	13%
Total	1768	100%
Nível Superior	1206	68,20%
Nível Médio	365	20,60%
Não informado	148	8,40%
Nível Fundamental	49	2,80%
Total	1768	100%

Fonte: sistema SIC.PA

Em relação à profissão, o maior número dos solicitantes seguiu sendo de servidores públicos estaduais, na quantidade de 381 (trezentos e oitenta e um). Em seguida, vieram os profissionais liberais/autônomos no total de 261 (duzentos e sessenta e um).

Tabela 4 - Profissão dos Solicitantes em 2023

Profissão	Quantidade	%
Servidor público estadual	381	21,50%
Profissional liberal/autônomo	261	14,80%
Empregado setor privado	234	13,20%
Não informado	229	13%
Estudante	189	10,70%
Pesquisador/professor	120	6,80%
Servidor público municipal	114	6,40%
Empresário/empreendedor	107	6,10%
Servidor público federal	87	4,90%
Jornalista	29	1,60%
Membro de ONG nacional	13	0,70%
Membro de ONG internacional	2	0,10%
Membro de partido político	1	0,10%
Representante de Sindicato	1	0,10%
Total	1768	100%

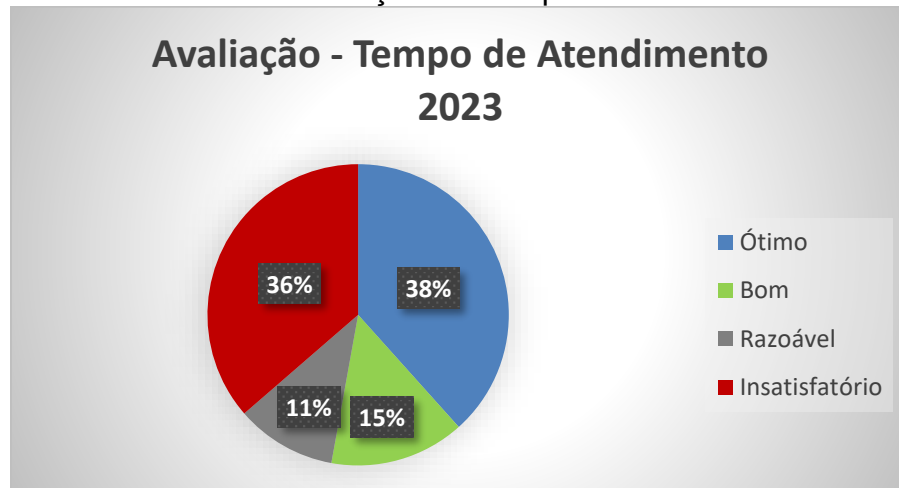
Fonte: sistema SIC.PA

Quanto à área de atuação das pessoas jurídicas, da mesma forma que em 2022, o setor de comércio e serviços figurou em primeiro lugar com 55 (cinquenta e cinco) ou 46,20% (quarenta e seis inteiros e dois décimos por cento) do total, conforme evidenciado nas tabelas anexadas ao final desse relatório.

Avaliação dos Usuários

Partindo para a análise da satisfação dos usuários sobre os atendimentos no sistema SIC.PA, do total de solicitantes, apenas 269 (duzentos e sessenta e nove) realizaram a avaliação. Quanto ao tempo de resposta, percebe-se que, comparado ao ano de 2022, subiu a percepção como “Ótimo” pelos avaliadores, aumentando em 2023 para em média 38% (trinta e oito por cento), superando a percepção como “Insatisfatório” que ficou na faixa de 36% (trinta e seis por cento).

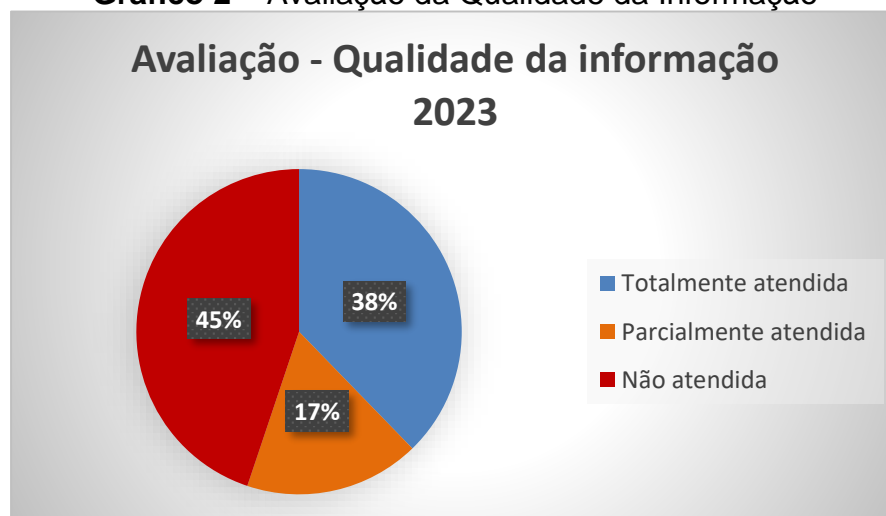
Gráfico 1 – Avaliação do Tempo de Atendimento



Fonte: sistema SIC.PA

Por outro lado, pela avaliação de grande parte dos usuários, a qualidade da informação segue sendo classificada como “Não Atendida” com um percentual de 44,80% (quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento). Ressalta-se que está no plano de trabalho desta Controladoria, para o ano de 2024, a realização de ações, como palestras, no intuito de conscientizar e capacitar as Autoridades de Gerenciamento das entidades públicas sobre, dentre outras coisas, a importância de responder tempestivamente e da melhor forma possível às solicitações de acesso à informação.

Gráfico 2 – Avaliação da Qualidade da Informação



Fonte: sistema SIC.PA

RANKING DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES

No que se refere aos pedidos de acesso à informação, sem incluir as reclamações e recursos, o Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN) foi o órgão mais demandado no ano de 2023, com 274 (duzentos e setenta e quatro) solicitações de acesso à informação, saindo da terceira posição no ranking em 2022 para a primeira. Em segundo lugar permaneceu a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) com 273 (duzentos e setenta e três) pedidos e em terceiro lugar a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) com 224 (duzentos e vinte e quatro) pedidos de acesso. A Casa Militar da Governadoria foi a menos demandada, com apenas 4 (quatro) solicitações.

Segue o ranking geral dos órgãos mais demandados em 2023, com base nas estatísticas do sistema SIC.PA:

Tabela 5 - Ranking dos órgãos/entidades mais demandados em 2023

POSICÃO	ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	SOLICITAÇÕES	%
1º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	7,1%
2º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	7,1%
3º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	5,8%
4º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	5,7%
5º	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade	SEMAS	202	5,2%
6º	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração	SEPLAD	189	4,9%
7º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	4,7%
8º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	4,3%
9º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	4,2%
10º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	3,5%
11º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	2,8%
12º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	2,6%
13º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	2,2%
13º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	2,2%
14º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	2,1%
14º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	2,1%

POSIÇÃO	ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	SOLICITAÇÕES	%
15º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASEP	73	1,9%
16º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	1,7%
16º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	1,7%
17º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV(Casa Civil)	64	1,7%
18º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	1,6%
19º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	1,5%
20º	Controladoria-Geral do Estado	CGE	52	1,4%
21º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPARÁ	49	1,3%
22º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	1,2%
23º	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda	SEASTER	44	1,1%
24º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	1,1%
25º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	1,1%
26º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	1%
27º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	0,9%
28º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	0,9%
29º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLOR-BIO	32	0,8%
30º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	0,8%
30º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	0,8%
31º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	0,7%
32º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	0,6%
32º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	0,6%
32º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	0,6%
33º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESP	24	0,6%
34º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	0,6%
34º	Polícia Científica do Pará	PCEPA	22	0,6%
35º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	0,5%

POSIÇÃO	ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	SOLICITAÇÕES	%
35º	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	SECTET	19	0,5%
35º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	0,5%
36º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	0,5%
36º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	0,5%
37º	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará	PRODEPA	17	0,4%
38º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	0,3%
39º	Secretaria Estratégia de Articulação	SEAC	12	0,3%
39º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	0,3%
40º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	0,3%
40º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	0,3%
40º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	0,3%
41º	Fundação PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	0,3%
41º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDADÃO	10	0,3%
42º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	0,2%
42º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	0,2%
43º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	0,2%
43º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	0,2%
44º	Agência de Transporte Metropolitano	AGTRAN	6	0,2%
44º	Companhia de Gás do Pará	GASPARÁ	6	0,2%
45º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	0,1%
		TOTAL	3849	100%

Fonte: sistema SIC.PA

No que tange à efetividade das respostas, dos 62 (sessenta e dois) órgãos que receberam demandas, 41 (quarenta e um) deles responderam 100% (cem por cento) das solicitações. Quanto ao tempo médio de resposta, a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH) foram os órgãos que apresentaram o menor tempo médio de resposta, seguidos da Imprensa Oficial do Estado (IOE), do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará

(CBM), do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN) e da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), conforme evidenciam as estatísticas anexadas ao final do relatório.

Em relação ao quantitativo de demandas não respondidas, de acordo com o ranking abaixo, elaborado com base nos dados extraídos do SIC.PA, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), assim como em 2022, figurou com o menor desempenho, tendo deixado de responder 30 (trinta) das 273 (duzentos e setenta e três) solicitações recebidas. Em seguida aparecem o Hospital Ophir Loyola (HOL) e a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) com 12 (doze) demandas não atendidas cada um.

Tabela 6 - Ranking dos órgãos/entidades com maior quantidade de solicitações não respondidas

	ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	SOLICITAÇÕES	RESPONDIDAS	NÃO RESPONDIDAS
1º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	243	30
2º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	47	12
2º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	153	12
3º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	2	10
3º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	75	10
4º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	57	9
5º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	3	8
6º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	101	6
7º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV (Casa Civil)	64	59	5
8º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	43	4
8º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	175	4
8º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	270	4
9º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	28	3
9º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	133	3
10º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	9	2
10º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	80	2

ÓRGÃO/ENTIDADE		SIGLA	SOLICITAÇÕES	RESPONDIDAS	NÃO RESPONDIDAS
11º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	8	1
11º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	8	1
11º	Fundação PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	9	1
11º	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade	SEMAS	202	201	1
11º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	218	1
12º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	4	0
12º	Agência de Transporte Metropolitano	AGTRAN	6	6	0
12º	Companhia de Gás do Pará	GASPARA	6	6	0
12º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	7	0
12º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	7	0
12º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDA DÃO	10	10	0
12º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	11	0
12º	Secretaria Estratégica de Articulação	SEAC	12	12	0
12º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	13	0
12º	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará	PRODEPA	17	17	0
12º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	18	0
12º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	18	0
12º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	19	0
12º	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	SECTET	19	19	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	19	0
12º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	22	0
12º	Polícia Científica do Pará	PCEPA	22	22	0
12º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESPA	24	24	0
12º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	25	0
12º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	25	0

	ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	SOLICITAÇÕES	RESPONDIDAS	NÃO RESPONDIDAS
12º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	25	0
12º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	28	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	31	0
12º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLOR - BIO	32	32	0
12º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	34	0
12º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	35	0
12º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	38	0
12º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	41	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	43	0
12º	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda	SEASTER	44	44	0
12º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPA RÁ	49	49	0
12º	Controladoria-Geral do Estado	CGE	52	52	0
12º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	61	0
12º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	66	0
12º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASSEP	73	73	0
12º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	82	0
12º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	85	0
12º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	100	0
12º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	162	0
12º	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração	SEPLAD	189	189	0
12º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	224	0
	TOTAL	62	3849	3720	129

Fonte: sistema SIC.PA

Dos órgãos que não responderam todas as solicitações e que enviaram o Relatório de Monitoramento da LAI para a CGE até a presente data, identificou-se que

apenas 2 (dois) apresentaram justificativas sobre essa questão em seus relatórios. O DETRAN esclareceu que as solicitações estão em análise, aguardando o retorno dos demais setores e a ADEPARÁ afirmou que estão pendentes aguardando a tomada de decisões do superior hierárquico quanto ao procedimento a ser adotado.

Diante disso, constata-se que 21 (vinte e um) órgãos ainda precisam elevar seu quantitativo de solicitações atendidas. Sabe-se que, pela Lei de Acesso à Informação e outros normativos vigentes, algumas informações pessoais e outras classificadas como sigilosas poderão ser negadas. Assim como, poderão não ser atendidos os pedidos genéricos, desarrazoados, desproporcionais ou que não sejam de competência do órgão. No entanto, mesmo nesses casos, cabe ao órgão responder ao cidadão, dentro do prazo, sobre a impossibilidade de se atender ao pedido, justificando com a devida fundamentação legal ou com o direcionamento para a entidade pública que detém a informação requerida.

Ressalta-se que esta Controladoria-Geral já está atuando junto aos órgãos no sentido de entregar um serviço de informação ao cidadão com a qualidade, a tempestividade e os atributos necessários para proporcionar transparência e dar conformidade plena ao cumprimento do que prevê a legislação pertinente.

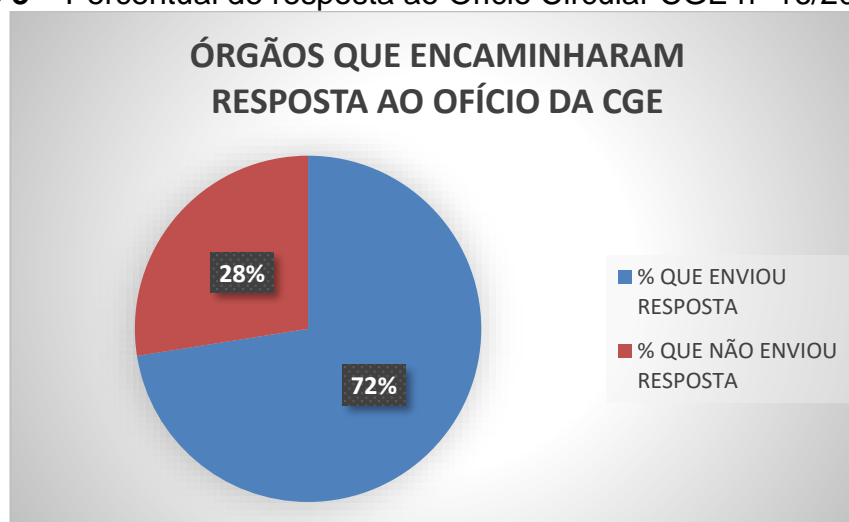
MONITORAMENTO DA LAI

Em cumprimento ao papel institucional designado pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015, a Controladoria-Geral do Estado remeteu o Ofício Circular CGE nº 16/2023-GAB em 19 de dezembro de 2023 a todos os secretários e gestores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual quanto a necessidade de produção do Relatório Anual de Implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a ser produzido pela Autoridade de Gerenciamento formalmente designada de cada órgão, que servem de base para a elaboração deste Relatório Geral Anual de Monitoramento da LAI pela CGE/PA.

No citado ofício circular foram destacados os deveres e a necessidade de cumprimento dos critérios legais estabelecidos pela Lei Federal nº 12.527/2011 e pelo Decreto Estadual nº 1.359/2015, ressaltando que o prazo de envio para este Órgão Central de Controle Interno se daria até o dia 31 de janeiro de 2023, conforme parágrafo único do art. 61º do decreto estadual em questão.

A partir disso, observou-se que dos 79 (setenta e nove) órgãos notificados a elaborar o Relatório Anual da Lei de Acesso à Informação, 58 (cinquenta e oito) encaminharam resposta ao Ofício Circular CGE nº 16/2023 para a Controladoria até a data de fechamento deste relatório, o que corresponde em média a 72% (setenta e dois por cento) do total.

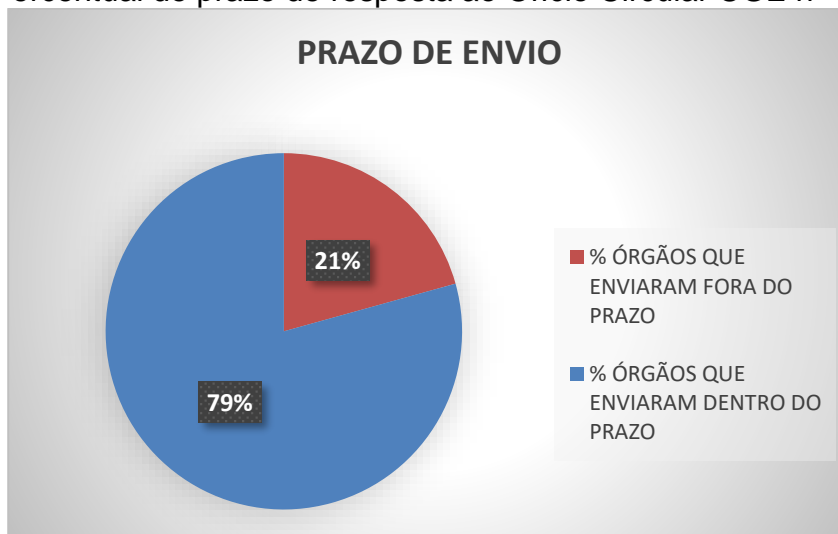
Gráfico 3 – Percentual de resposta ao Ofício Circular CGE nº 16/2023



Fonte: elaborado pela equipe da Controladoria de Transparência e Integridade

Dos 58 (cinquenta e oito) órgãos e entidades que responderam à CGE/PA, 79% (setenta e nove por cento) encaminhou dentro do prazo e 21% (vinte e um por cento) fora do prazo.

Gráfico 4 – Percentual de prazo de resposta ao Ofício Circular CGE nº 16/2023

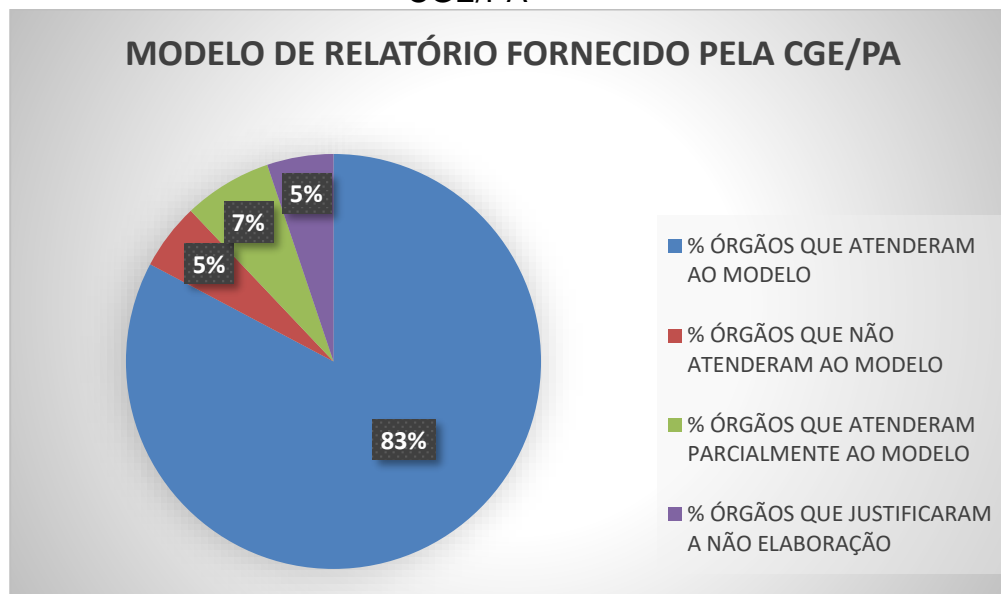


Fonte: elaborado pela equipe da Controladoria de Transparência e Integridade

Para facilitar o trabalho de apuração e monitoramento, a CGE informou no Ofício Circular CGE nº 16/2023-GAB que disponibiliza em seu sítio oficial um modelo de Relatório Anual da LAI, acessível por meio do *link*: <https://www.cge.pa.gov.br/modelo-de-relatorio-anual-de-avaliacao-e-monitoramento-da-lai>, como uma sugestão a ser utilizada pelas Autoridades de Gerenciamento dos órgãos que podem aprimorá-lo, se quiserem.

Nesse aspecto, conforme gráfico abaixo, observou-se que 83% (oitenta e três por cento) ou 48 (quarenta e oito) órgãos atenderam ao modelo de relatório disponibilizado pela CGE/PA. Com a observação de que alguns realizaram adaptações, otimizando o layout e/ou acrescentando outras informações que julgaram importantes.

Gráfico 5 – Percentual de atendimento ao modelo de relatório disponibilizado pela CGE/PA



Fonte: elaborado pela equipe da Controladoria de Transparência e Integridade

Em contrapartida, 3 (três) órgãos, que foram: o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), a Secretaria de Estado de Justiça (SEJUDH) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), encaminharam apenas as estatísticas retiradas pelo sistema SIC.PA, sem fazer uma avaliação subjetiva que complementasse os dados estatísticos.

Além disso, 4 (quatro) órgãos atenderam parcialmente o modelo disponibilizado pela CGE, dentre esses órgãos cabe ressaltar que a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET) e a Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP) enviaram relatórios em um padrão próprio, com respostas diretas por meio de um *check-list*.

Destaca-se, também, o fato da SECTET ter pontuado em seu relatório sobre a necessidade de treinamento/capacitação quanto aos seguintes tópicos: informações básicas sobre a Lei nº 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 13.059/2015; boas práticas para o atendimento a pedidos de informação; sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão - e-SIC; obrigações de transparência ativa; gestão

documental; classificação de informações e dados abertos.

Ciente de que dentre as suas atribuições está o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência na gestão pública, a Controladoria-Geral do Estado Pará passou por reestruturação em 2023. Com isso, houve uma mudança na perspectiva do órgão que atualmente possui como missão “Contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos e agregar valor à gestão do Estado do Pará por meio da auditoria interna, da promoção da integridade, do fortalecimento de mecanismos de transparência, da participação social e da prevenção e combate à corrupção”.

Nesse sentido, a Controladoria de Transparência e Integridade está envidando esforços para realizar ações destinadas às Autoridades de Gerenciamento dos órgãos do Poder Executivo Estadual com o intuito de dirimir dúvidas, capacitar, conscientizar e discutir sobre melhorias no âmbito dos serviços de informação ao cidadão. Atendendo, nesse contexto, as sugestões supracitadas pela SECTET.

Outro ponto a ser destacado se refere ao período do Relatório de Monitoramento da LAI, visto que, dois órgãos se equivocaram ao selecionar o período dos dados no SIC.PA, quando o correto seria de 01/01/2023 a 31/12/2023. A Universidade do Estado do Pará (UEPA) elaborou seu relatório com base nos dados estatísticos totais desde o início do SIC.PA até a data de 03/01/2024, consoante demonstra o balanço das solicitações extraído do sistema e anexado pela UEPA no documento de ordem nº 6 do processo PAE nº 2023/1436053. E a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) selecionou todo o período do SIC até a data de 26/12/2023, conforme o balanço das solicitações anexado pelo órgão na página nº 6 do relatório enviado à CGE/PA via processo PAE nº 2023/1436036.

A Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP) e a Secretaria Regional de Governo do Sul e Sudeste do Pará encaminharam ofícios, dentro do prazo, com as devidas justificativas pela não

elaboração do relatório. A FADEP informou que foi inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 05 de setembro de 2023 e se encontra em fase de implementação e a Secretaria Regional de Governo do Sul e Sudeste do Pará, por sua vez, justificou que está vinculada a Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, no que diz respeito a execução orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial, conforme dispõe o Decreto n.º 1.982 de 2018 e informou que não possui servidor designado para desempenhar a atividade de Autoridade de Gerenciamento.

Ressalta-se que a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU), a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), atenderam ao modelo de relatório disponibilizado pela CGE. Porém, essas secretarias esclareceram que foram criadas em 2023, nos meses de março, abril e maio, respectivamente, e ainda não receberam solicitações no e-SIC de acesso à informação.

Em síntese, dos 58 (cinquenta e oito) órgãos que responderam à CGE/PA, 52 (cinquenta e dois) encaminharam o Relatório de Cumprimento da LAI, enquanto 3 (três) enviaram apenas as estatísticas e 3 (três) justificaram a não remessa dos documentos.

Além do mais, a partir da leitura dos relatórios enviados, observou-se que a maioria dos órgãos afirmou ter feito atualizações e melhorias em seus *sites* institucionais ao longo de 2023, sobretudo na seção de transparência pública, otimizando a divulgação de informações de interesse público. Enquanto outros relataram que o *site* está em fase de construção, a exemplo da SEIRDH, da SEAF e da FUNSAU (Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará).

Cita-se, ainda, o fato de alguns órgãos terem destacado os setores mais demandados pela LAI em seus relatórios. A partir disso, constatou-se que, além dos questionamentos envolvendo dúvidas ou acesso às informações das atividades fins, os assuntos mais demandados foram os referentes a concursos públicos realizados

pela entidade, sendo o setor de recursos humanos/gestão de pessoas um dos mais requisitados. O que demonstra a importância de se dar maior publicidade, de forma ativa, para informações desse tipo nos *sites* institucionais, independentemente dos pedidos via e-SIC.

Com base na análise dos relatórios, apurou-se, também, que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) foram os órgãos que receberam o maior volume de solicitações via e-mail institucional, superando as requisições feitas através da plataforma do e-SIC. Por outro lado, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) registrou o maior número de solicitações por contato telefônico.

Depreende-se que, pela perspectiva do cidadão, talvez seja mais rápido formular e enviar a solicitação por e-mail ou telefone. Contudo, essas demandas ficam fora das estatísticas gerais para análise, além do que, a plataforma do SIC disponibiliza ferramentas para que o cidadão possa recorrer em primeira e/ou segunda instância, quando for o caso, assim como, permite à entidade um melhor controle quanto aos prazos legais. Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o uso da plataforma e-SIC, sempre que possível.

Ao final desse relatório, apresenta-se uma tabela constando a relação de todos os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual notificados pelo Ofício Circular CGE nº 16/2023-GAB, com as devidas observações para conferência.

BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA

Diante da leitura dos relatórios enviados, cabe elencar boas práticas identificadas e que podem servir como exemplo para todos os órgãos.

Inicialmente, alguns órgãos, como, por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a Secretaria da Fazenda (SEFA) e a Companhia de

Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), relataram que têm como rotina administrativa abrir um processo eletrônico no PAE para cada solicitação de acesso à informação recebida pelo setor do e-SIC/Ouvidoria, após ser feita uma análise preliminar dessas solicitações pela equipe responsável. Na sequência, encaminham o processo para o setor interno detentor da informação que, após verificação, devolve com a resposta para o setor do e-SIC/Ouvidoria para que seja remetida ao cidadão.

A partir disso, percebe-se que seria de grande valia a elaboração de um fluxograma para as demandas recebidas no SIC.PA, que possibilitem à Autoridade de Gerenciamento do órgão um controle formal quanto ao atendimento das solicitações que não sejam de conhecimento direto do setor responsável pelo e-SIC.

Outra boa conduta observada foi a realização de palestras, como, por exemplo, na SEMAS, onde os responsáveis pela Ouvidoria do órgão promovem palestras para outros setores visando esclarecer dúvidas sobre o sistema e-SIC e reforçar a importância do cumprimento dos prazos de resposta das manifestações recebidas.

Já a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) afirmou que, ao longo de 2024, pretende realizar palestras na sede do órgão e no interior do estado com o intuito de divulgar aos cidadãos os principais mecanismos de acesso e as plataformas disponíveis para a comunicação entre o usuário que necessita de informação e a entidade, bem como, a divulgação dos direitos, deveres e obrigações quanto a prestação de serviços ao cidadão.

Várias entidades relataram, também, que estão constantemente atualizando as informações e aprimorando a transparência ativa em seus *sites* institucionais, sobretudo após os trabalhos de auditoria realizados em 2023 pela Auditoria Geral do Estado na época (atualmente Controladoria-Geral do Estado), com foco nos sítios eletrônicos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual.

Dentre os órgãos que declararam terem feito melhorias nos *sites*, estão, por exemplo: Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN); Casa Militar da

Governadoria; Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC); Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA); Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (NEPMV); Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM); Polícia Militar do Pará (PM/PA); Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA); Secretaria de Comunicação (SECOM); Secretaria de Cultura (SECULT); Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME) e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Nesse cenário, destaca-se o *site* da Companhia de Gás do Pará (Gás do Pará) com a disponibilização de vários dados importantes em um layout moderno e intuitivo. Bem como, a criação de um novo sítio eletrônico pela Secretaria da Fazenda (SEFA) e a atualização da seção “Transparência” no *site* do Ministério Público de Contas do Pará (MPC/PA) que disponibilizou ao cidadão um novo padrão de divulgação das atividades do órgão, dispondo as informações em 4 (quatro) eixos principais: Governança, Administração, Gestão de Pessoas e Serviços. Além do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado Do Pará (IGEPPS), que passou a disponibilizar em seu *site* o “Arrecadômetro Previdenciário”, cujo objetivo é divulgar para a população informações atualizadas da arrecadação dos fundos previdenciários administrados pelo instituto.

Além disso, a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), por exemplo, explicou ter contratado uma empresa especializada em prestação serviços profissionais de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do *site* institucional e adequação dos serviços relativos à transparência pública, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527/2011), à Lei da Transparência (LC nº. 131/2009), e ao Decreto Estadual nº 1.359/2015.

Dentro desse contexto, cabe citar como boa prática a rotina adotada pela Secretaria de Saúde Pública (SESPA) que, de acordo com o seu relatório, realiza o monitoramento da Lei de Acesso a Informação por meio de um grupo de trabalho interno intitulado “Transparência Pública” com representantes de cada Diretoria,

responsáveis em alimentar e atualizar as informações na aba “Transparência” do *site* da Secretaria.

Enquanto que a Companhia de Gás do Pará afirmou que, além da regulamentação prevista em lei, dispõe de uma “Política de Divulgação de Informações”, a qual compõe o Programa de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos para tratar da transparência da informação internamente.

Evidencia-se, ainda, a rotina da SEMAS que, conforme relatado no relatório anual de cumprimento da LAI, realiza reuniões com os diretores para o alinhamento de informações sobre o sistema e- SIC e o cumprimento dos prazos para resposta. Além de realizar o mapeamento das diretorias mais demandadas pela Ouvidoria, considerando o aspecto da resolutividade e atendimento no prazo e encaminhar o levantamento aos setores com o maior número de demandas em atraso.

Logo, a partir desses exemplos, percebe-se a importância de se constituírem grupos de trabalho e políticas internas voltadas para a conscientização, o cumprimento, o monitoramento e a promoção da Transparência e da Lei de Acesso à Informação dentro do órgão.

DADOS OBRIGATÓRIOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA

A transparência ativa refere-se à prática de divulgar informações de interesse público proativamente, sem que haja uma solicitação específica para tal. Isso significa que as organizações disponibilizam ativamente dados, documentos, relatórios e outras informações relevantes de forma acessível ao público, geralmente por meio de websites, publicações regulares, mídias sociais ou outros canais de comunicação.

No Estado do Pará, o art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 afirma que é dever dos Órgãos e Entidades promover, independente de requerimento, a divulgação

em seus sítios na internet de informações de interesse público, coletivo ou geral por eles produzidas, acumuladas ou custodiadas, observando o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527/2011.

De forma mais detalhada, o §5º do art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015 elenca uma lista de informações que devem constar, no mínimo, nos respectivos sítios eletrônicos. A partir disso, as entidades públicas estaduais começaram a divulgar esses e outros dados exigidos em seus *sites*, por meio da seção “Transparência” e seguem em constante monitoramento para aperfeiçoar essa publicidade.

Não obstante, além de cada órgão disponibilizar as informações no *site* institucional, cabe ao Poder Executivo Estadual compilar os dados e divulgar para a população por meio do Portal da Transparência, que atualmente é acessível pelo *link*: <https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/>.

Convém ressaltar que, visando modernizar a publicidade desses dados, foi assinado o contrato nº 061/2021 entre a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFA) e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (PRODEPA) e, desde então, as informações presentes no antigo Portal da Transparência Pará (<https://www.anterior.transparencia.pa.gov.br/>) vêm sendo migradas, por etapas, para o novo endereço eletrônico, juntamente com a inclusão de novas informações. Até a data desse relatório foram entregues 4 (quatro) *sprints*, com previsão de finalizar as próximas até o ano de 2025.

Feita essa explicação, optou-se por elaborar a tabela abaixo com um *check-list* dos dados obrigatórios de transparência ativa, conforme determinam os incisos do §5º, art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015, no novo Portal da Transparência Pará:

Tabela 7 - Dados Obrigatórios de Transparência Ativa

Informação	Dispositivo Legal	Endereço eletrônico
Estrutura organizacional, competências e atividades desenvolvidas, detalhados por unidade do Órgão ou Entidade, legislação aplicável, incluindo a relacionada à criação, estrutura, competências e área de atuação, normativos e manuais internos, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público.	Inc. I, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/estrutura_organizacional
Programas, projetos, ações, obras, serviços e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.	Inc. II, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/servico/instrumentos_planejamento_gestao_fiscais
Repasse ou transferências de recursos financeiros concedidos, diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, termos de colaboração ou de fomento, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com disponibilização, quando for o caso, do plano de trabalho, termo original e aditivos, publicações no Diário Oficial do Estado, notas de empenho e ordens bancárias, relatórios, pareceres ou laudos, parciais e finais, de acompanhamento, fiscalização ou vistoria do objeto do instrumento celebrado.	Inc. III, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	Obs.: Previsto para ser implementado nas próximas <i>Sprints</i> do contrato nº 061/2021
Registro das despesas, com detalhamento da execução orçamentária e financeira.	Inc. IV, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/empenho/notas
Licitações realizadas e em andamento, incluindo processos de dispensa, de inexigibilidade e de adesão a registro de preços, contendo, conforme o caso, as publicações no Diário Oficial do Estado, editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados, incluindo termos aditivos e apostilamentos, notas de empenho e ordens bancárias emitidas, termos de recebimento do bem ou serviço.	Inc. V, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/licitacoes

Informação	Dispositivo Legal	Endereço eletrônico
Bens imóveis do Órgão ou Entidade, com indicação precisa do endereço de cada imóvel e data em que a relação de bens foi atualizada.	Inc. VI, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/bens-imoveis/publicas
Autorizações de uso, alienações, doações, permissões, cessões e concessões de bens públicos.	Inc. VII, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/bens-imoveis/publicas
Resultado final de inspeções, fiscalizações, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, incluindo prestações de contas e relatórios de gestão relativos a exercícios anteriores.	Inc. VIII, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/servico/instrumentos_planejamento_gestao_fiscais
Remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada.	Inc. IX, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/servidores/publicos
Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.	Inc. X, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/portalttransparencia/categorias_perguntas_frequentes
Contato da Autoridade de Gerenciamento do Órgão ou Entidade, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC	Inc. XI, § 5º do art. 9º do decreto estadual nº 1.359 de 2015	https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml

Fonte: Elaborada pela equipe com base nos incisos do §5º, art. 9º do Decreto Estadual nº 1.359/2015.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Portanto, a partir da leitura dos relatórios enviados, da análise das estatísticas do sistema SIC.PA e das considerações subjetivas, constatou-se que houve avanços em 2023 quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação no Estado do Pará. Dentre os pontos positivos, destacam-se:

- A redução no número de recursos;

- O aumento da percepção como “Ótimo” pelos avaliadores quanto ao tempo de resposta no SIC;
- A elaboração de um fluxograma interno para as demandas recebidas no SIC.PA por alguns órgãos;
- O fato de alguns órgãos promoverem palestras internamente e reuniões com as diretorias visando a conscientização sobre o atendimento dos pedidos de acesso à informação;
- A existência de grupos de trabalho, dentre outras políticas internas voltadas para o cumprimento, o monitoramento e a promoção da Transparência e da Lei de Acesso à Informação em algumas entidades;
- A descrição dos assuntos mais demandados nas solicitações de acesso à informação na maioria dos relatórios. Dentre esses assuntos, principalmente, sobre concursos públicos/processos seletivos realizados pelo órgão. O que demonstra a importância de se dar maior publicidade para informações desse tipo, independentemente dos pedidos via e-SIC. Sendo um ótimo exemplo de transparência passiva fomentando a ativa;
- Atualizações e melhorias nos *sites* institucionais de quase todos os órgãos, sobretudo na seção de transparência pública; e,
- A modernização do Portal da Transparência Pará pelo contrato nº 061/2021 entre SEFA e PRODEPA.

No entanto, algumas questões precisam ser aperfeiçoadas. Nesse sentido, apresentam-se as seguintes recomendações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual:

- Implementar metas visando elevar o percentual de atendimento das solicitações para 100% em todos os órgãos;
- Aprimorar as respostas objetivando melhorar a avaliação dos usuários quanto à qualidade da informação;
- Conscientização quanto à importância de se elaborar o Relatório de Cumprimento da Lei de Acesso à Informação e de enviá-lo dentro do

prazo para a CGE/PA;

- Ter atenção ao selecionar o período dos dados no SIC.PA, para que as estatísticas sejam precisas ao ano base correspondente;
- Acrescentar informações importantes no relatório relacionadas ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação no órgão, além dos dados estatísticos, como, por exemplo: demandas fora do sistema SIC.PA, quando houver; o motivo de não terem sido respondidas todas as solicitações, quando for o caso; os assuntos mais solicitados; o nome da Autoridade de Gerenciamento e do suplente, bem como, os contatos do setor responsável pelo SIC/Ouvidoria no órgão; as ações desenvolvidas dentro do órgão voltadas para a transparência, dentre outras; e,
- Disseminar a cultura da transparência ativa e passiva dentro da organização, por meio do desenvolvimento de políticas internas de trabalho nessa área.

Além disso, ciente da sua atribuição de gerenciar a Lei de Acesso à Informação e fomentar a Transparência no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE/PA) realizará ações para promover o controle social, abordando tópicos sobre: a Lei nº 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 1.359/2015; o sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão (e-SIC); as melhores práticas para o atendimento dos pedidos de informação; as obrigações de transparência ativa, entre outros assuntos que se fizerem necessários nessa temática. Incluindo, nesse contexto, a sensibilização em todos os níveis hierárquicos de cada órgão/entidade no sentido de valorizar e incentivar as boas práticas de transparência em toda a organização.

Por fim, acredita-se que a partir dessas ações e do trabalho em conjunto, com todos os órgãos do Poder Executivo do Estado do Pará, pode-se elevar a qualidade da transparência ativa e passiva de forma permanente, visto que são componentes essenciais para uma governança eficaz e fortalecem a democracia e a confiança mútua entre o Estado e a Sociedade.

Belém/PA, 25 de março de 2024.

Juares Nunes da Silva
Autoridade de Gerenciamento da Lei de
Acesso à Informação – CGE/PA

Raynara Mayra Nascimento Vieira
Equipe de apoio da Lei de Acesso à
Informação – CGE/PA

Ozório Adolfo Juvenil Góes Nunes de Sousa
Controlador-Geral do Estado do Pará

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2AD5B59FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCDDF63

Anexo 1: Tabela com a relação dos órgãos notificados pela CGE/PA:

Tabela 8 – Relação dos órgãos notificados

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
ADEPARÁ	2023/1435975	05/03/2024	Entregue	Não	Sim	Fora do prazo
AGTRAN	2023/1435976	26/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
ARCON	2023/1435977	24/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
BANPARÁ	2023/1435978	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CBM	2023/1435979	31/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
CEASA	2023/1435980	07/02/2024	Entregue	Não	Sim	Fora do prazo
CEDEC	2023/1435981	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CEE	2023/1435982	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CIG	2023/1435983	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CODEC	2023/1435984	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/109541
COHAB	2023/1435985	01/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Não anexou as estatísticas, mas escreveu a respeito / Fora do prazo
COSANPA	2023/1435986	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CPH	2023/1435987	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CREDCIDADÃO/NGPM	2023/1435988	29/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
CRGBA	2023/1435989	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
CRSUDESTE	2023/1435990	30/01/2024	Não – Justificado	-----	-----	-----
DEFENSORIA PÚBLICA	2023/1435991	04/03/2023	Não – Justificado	-----	-----	Fora do prazo

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
DETRAN	2023/1435992	24/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Não anexou as estatísticas, mas escreveu a respeito.
EGPA	2023/1435993	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
EMATER	2023/1435994	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
FADEP	2023/1435995	31/01/2024	Não – Justificado	-----	-----	-----
FAPESPA	2023/1435996	29/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
FASEPA	2023/1435997	29/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
FASPM	2023/1435998	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
FCG	2023/1435999	30/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
FCP	2023/1436000	25/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/92961
FHCGV	2023/1436001	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
FPARÁPAZ	2023/1436002	23/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
FSCMPA	2023/1436003	23/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
FUNSAU	2023/1436004	18/01/2024	Entregue	Sim	Não	Esclareceu que está vinculada à PM e que ainda não tem acesso ao SIC.PA e que o site próprio está em fase de elaboração, mas, enquanto isso, divulga seus dados no site da PM
FUNTELPA	2023/1436005	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
GABGOV – CASA CIVIL	2023/1436006	Sem retorno	Não	-----	-----	-----

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
GABGOV – CASA MILITAR	2023/1436007	23/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Não anexou as estatísticas, mas escreveu a respeito.
GAB VICE GOVERNADORIA	2023/1436008	31/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
GÁS DO PARÁ	2023/1436009	25/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
HEMOPA	2023/1436010	18/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
HOL	2023/1436011	07/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/151126 / Fora do prazo
IASEP	2023/1436012	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
IDEFLOR – BIO	2023/1436013	30/01/2024	Entregue	Não	Sim	Enviou apenas os dados estatísticos do SIC.PA
IGEPPS	2023/1436014	29/01/2024	Entregue	Não	Sim	Trouxe o tópico de “Transparência ativa”, mas o texto versa sobre orçamento, não sobre os critérios do art. 9º decreto estadual 1359/2015
IMETROPARÁ	2023/1436015	09/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Fora do prazo
IOE	2023/1436016	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
ITERPA	2023/1436017	29/01/2024	Entregue	Não	Sim	-----
JUCEPA	2023/1436018	25/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
MPC/PA	2023/1436019	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/112195

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
NEPMV	2023/1436020	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
NGPR	2023/1436021	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
NGTM	2023/1436022	24/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
OGE	2023/1436023	05/01/2024	Entregue	Não	Não	Informou que usa apenas o sistema SIGO
PCEPA	2023/1436024	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
PCPA	2023/1436025	10/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/19082
PGE	2023/1436026	29/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
PMPA	2023/1436027	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
PRODEPA	2023/1436028	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SEAC	2023/1436029	23/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEAF	2023/1436030	31/01/2024	Entregue	Não	Sim	Informou que a Secretaria foi criada em 2023, site em construção
SEAP	2023/1436031	29/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEASTER	2023/1436032	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SECIR	2023/1436033	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SECOM	2023/1436034	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SECTET	2023/1436035	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SECULT	2023/1436036	23/01/2024	Entregue	Sim	Sim	Equívoco ao selecionar o período no SIC.PA

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
SEDAP	2023/1436037	01/02/2024	Entregue	Não	Sim	Enviado pelo processo PAE nº 2024/123303/ Encaminhou apenas os dados estatísticos do SIC.PA
SEDEME	2023/1436038	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEDOF	2023/1436039	25/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEDUC	2023/1436040	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SEEL	2023/1436041	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SEFA	2023/1436042	08/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Fora do prazo
SEGUP	2023/1436043	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEIRDH	2023/1436044	30/01/2024	Entregue	Não	Sim	Informou que a Secretaria foi criada em 2023, site em construção
SEJUDH	2023/1436045	29/01/2024	Entregue	Não	Sim	Enviou apenas os dados estatísticos do SIC.PA
SEMAS	2023/1436046	30/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SEMU	2023/1436047	07/02/2024	Entregue	Não	Não	Informou que a Secretaria foi criada em 2023
SEPI	2023/1436048	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SEPLAD	2023/1436049	Sem retorno	Não	-----	-----	-----
SESPA	2023/1436050	31/01/2024	Entregue	Sim	Sim	-----
SETRAN	2023/1436051	08/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Fora do prazo
SETUR	2023/1436052	08/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Fora do prazo

ÓRGÃO	PROCESSO PAE	DATA DE ENVIO PARA A CGE	RELATÓRIO LAI	INFORMAÇÕES SOBRE DADOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA (art. 9º dec.est.1359/2015)	DADOS E-SIC	OBSERVAÇÃO
UEPA	2023/1436053	05/02/2024	Entregue	Sim	Sim	Equívoco ao selecionar o período no SIC.PA / Fora do prazo
TOTAL	79					

Fonte: elaborada pela Controladoria de Transparência e Integridade

Anexo 2: Estatísticas extraídas do Sistema SIC.PA:

Balanço das Solicitações

Todos os Órgãos
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Resumo Geral

Solicitações	Solicitantes	Média de Solicitações por Solicitante
4214	1887	2,2

Situação das Solicitações por Instância

Instância	Respondidas									Não Respondidas									Total
	No prazo			Após prazo			Total respondidas			Em andamento			Atrasadas			Total não respondidas			
	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	
Solicitação	3205	83,3%	7,8	515	13,4%	58,3	3720	96,6%	14,8	0	0%		129	3,4%	255,4	129	3,4%	255,4	3849
Reclamação	13	20,6%	1,5	39	61,9%	66	52	82,5%	49,9	0	0%		11	17,5%	298,1	11	17,5%	298,1	63
Recurso 1ª Instância	89	38,2%	2,5	125	53,6%	61,1	214	91,8%	36,7	0	0%		19	8,2%	128,7	19	8,2%	128,7	233
Recurso 2ª Instância	8	16,3%	1,8	33	67,3%	66,2	41	83,7%	53,7	0	0%		8	16,3%	174,4	8	16,3%	174,4	49
Solicitação de Revisão	4	36,4%	2,2	4	36,4%	47,2	8	72,7%	24,8	0	0%		3	27,3%	194,3	3	27,3%	194,3	11
Recurso AGE	5	100%	9,6	0	0%		5	100%	9,6	0	0%		0	0%		0	0%		5
Recurso CDRI	0	0%		0	0%		0	0%		4	100%	348,5	0	0%		4	100%	348,5	4
Total	3324			716			4040			4			170			174			4214

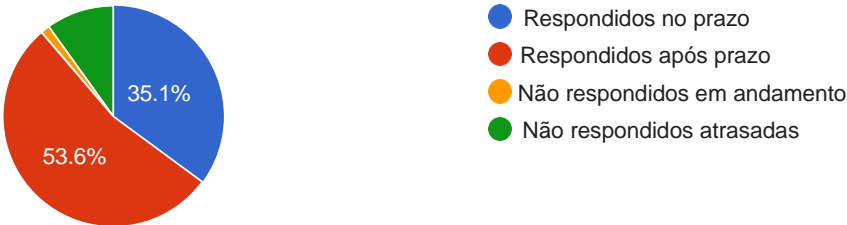
Situação das Solicitações



Situação das Reclamações



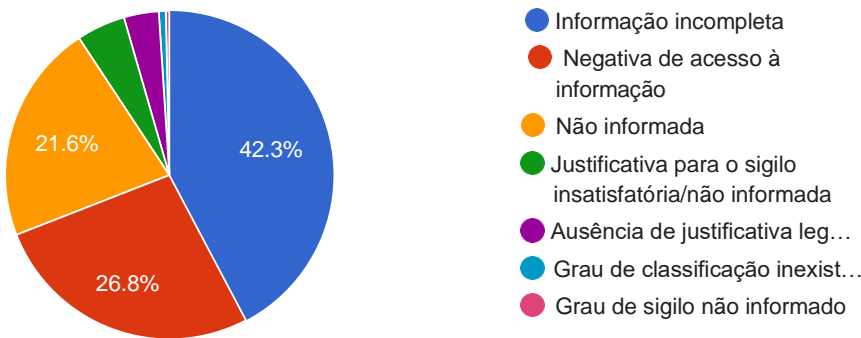
Situação dos Recursos



Classificação dos Recursos

Classificação dos Recursos	Quantidade	%
Informação incompleta	123	42,3%
Negativa de acesso à informação	78	26,8%
Não informada	63	21,6%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	14	4,8%
Ausência de justificativa legal para classificação	10	3,4%
Grau de classificação inexistente	2	0,7%
Grau de sigilo não informado	1	0,3%
Total	291	100%

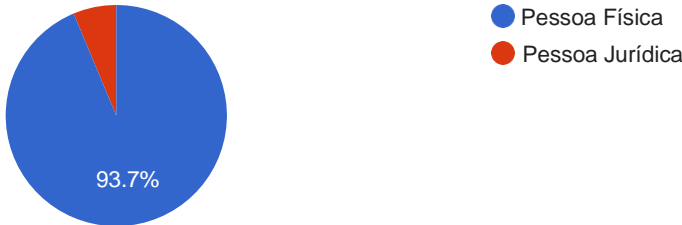
Classificação dos Recursos



Solicitantes - Tipo de Pessoa

Tipo de Pessoa	Quantidade	%
Pessoa Física	1768	93,7%
Pessoa Jurídica	119	6,3%
Total	1887	100%

Solicitantes - Tipo de Pessoa



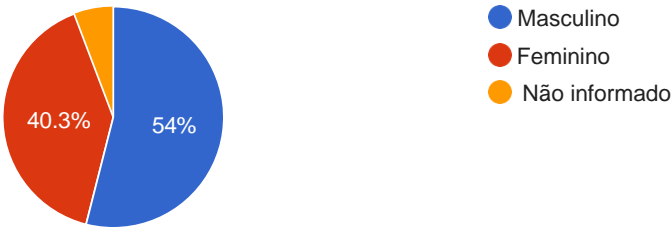
Solicitantes PF - Sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	954	54%
Feminino	712	40,3%
Total	1768	100%

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: OEEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD6F63

Sexo	Quantidade	%
Não informado	102	5,8%
Total	1768	100%

Solicitantes PF - Sexo



Solicitantes PF - Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade	%
Até 29 anos	376	21,3%
Entre 30 e 39 anos	472	26,7%
Entre 40 e 49 anos	342	19,3%
Entre 50 e 59 anos	208	11,8%
A partir de 60 anos	141	8%
Não informado	229	13%
Total	1768	100%

Solicitantes PF - Faixa Etária



Solicitantes PF - Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Superior	1206	68,2%
Médio	365	20,6%
Não informado	148	8,4%
Fundamental	49	2,8%
Total	1768	100%

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: OEEA67287E1CE2A2.BAE0D2AD5B59FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCDDF63

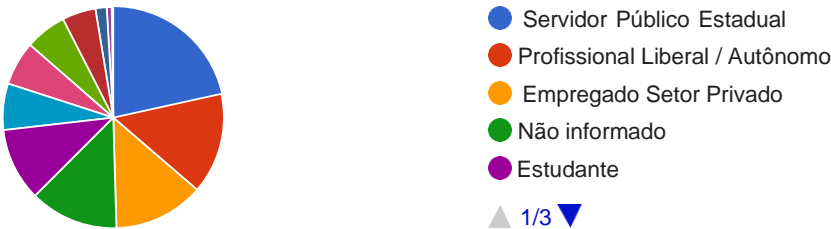
Solicitantes PF - Escolaridade



Solicitantes PF - Profissão

Profissão	Quantidade	%
Servidor Público Estadual	381	21,5%
Profissional Liberal / Autônomo	261	14,8%
Empregado Setor Privado	234	13,2%
Não informado	229	13%
Estudante	189	10,7%
Pesquisador/Professor	120	6,8%
Servidor Público Municipal	114	6,4%
Empresário/Empreendedor	107	6,1%
Servidor Público Federal	87	4,9%
Jornalista	29	1,6%
Membro de ONG Nacional	13	0,7%
Membro de ONG Internacional	2	0,1%
Membro de Partido Político	1	0,1%
Representante de Sindicato	1	0,1%
Total	1768	100%

Solicitantes PF - Profissão

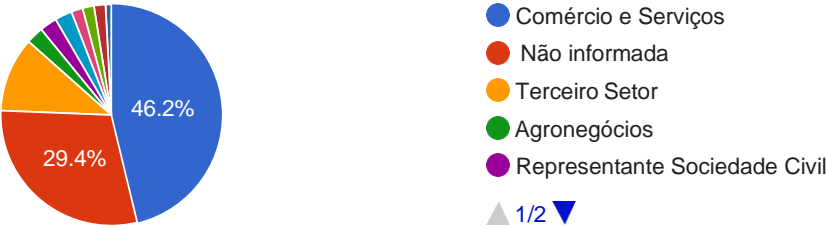


Solicitantes PJ - Área de Atuação

Área de Atuação	Quantidade	%
Comércio e Serviços	55	46,2%
Não informada	35	29,4%
Terceiro Setor	13	10,9%
Agronegócios	3	2,5%
Total	119	100%

Área de Atuação	Quantidade	%
Representante Sociedade Civil	3	2,5%
Representação de terceiros	3	2,5%
Governo	2	1,7%
Jurídica / Política	2	1,7%
Pesquisa Acadêmica	2	1,7%
Indústria	1	0,8%
Total	119	100%

Solicitantes PJ - Área de Atuação



Avaliação - Número de Avaliadores

Total de Solicitantes	Avaliadores	%
1887	269	14,3%

Avaliação - Tempo de Atendimento

Avaliação quanto ao tempo de atendimento	Quantidade	%
Ótimo	196	38,4%
Bom	74	14,5%
Razoável	55	10,8%
Insatisfatório	186	36,4%
Total	511	100%

Avaliação - Tempo de Atendimento



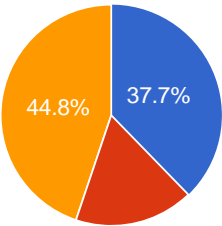
Avaliação - Qualidade da Informação

Avaliação quanto à qualidade da informação	Quantidade	%
Totalmente Atendida	186	37,7%
Parcialmente Atendida	86	17,4%
Total	493	100%

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2AD5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCDDF63

Avaliação quanto à qualidade da informação	Quantidade	%
Não Atendida	221	44,8%
Total	493	100%

Avaliação - Qualidade da Informação



- Totalmente Atendida
- Parcialmente Atendida
- Não Atendida

Ranking dos Órgãos/Entidades

Órgãos/Entidades Mais Demandados

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	%
1º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	7,1%
2º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	7,1%
3º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	5,8%
4º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	5,7%
5º	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	SEMAS	202	5,2%
6º	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	SEPLAD	189	4,9%
7º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	4,7%
8º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	4,3%
9º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	4,2%
10º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	3,5%
11º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	2,8%
12º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	2,6%
13º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	2,2%
13º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	2,2%
14º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	2,1%
14º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	2,1%
15º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASEP	73	1,9%
16º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	1,7%
16º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	1,7%
17º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV (Casa Civil)	64	1,7%
18º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	1,6%
19º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	1,5%
	Total		3849	100%

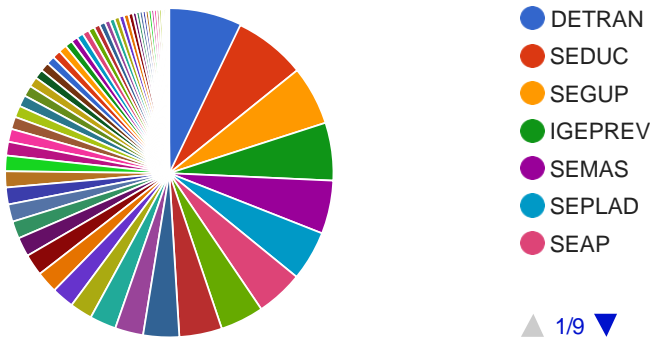
ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE80D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCDDF63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	%
20º	Controladoria Geral do Estado	CGE	52	1,4%
21º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPARÁ	49	1,3%
22º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	1,2%
23º	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	SEASTER	44	1,1%
24º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	1,1%
25º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	1,1%
26º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	1%
27º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	0,9%
28º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	0,9%
29º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLOR - Bio	32	0,8%
30º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	0,8%
30º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	0,8%
31º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	0,7%
32º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	0,6%
32º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	0,6%
32º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	0,6%
33º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESPA	24	0,6%
34º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	0,6%
34º	POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PCEPA	22	0,6%
35º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	0,5%
35º	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTET	SECTET	19	0,5%
35º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	0,5%
36º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	0,5%
36º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	0,5%
37º	EMP.TEC.DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO PARA.	PRODEPA	17	0,4%
38º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	0,3%
39º	SEAC-SECRETARIA ESTRATEGICA DE ARTICULACAO	SEAC	12	0,3%
39º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	0,3%
40º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	0,3%
40º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	0,3%
40º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	0,3%
41º	FUNDACAO PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	0,3%
		Total	3849	100%

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAEE02A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	%
41º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDADÃO	10	0,3%
42º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	0,2%
42º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	0,2%
43º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	0,2%
43º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	0,2%
44º	AGENCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - AGTRAN	AGTRAN	6	0,2%
44º	Companhia de Gás do Pará	GASPARA	6	0,2%
45º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	0,1%
		Total	3849	100%

Órgãos/Entidades Mais Demandados



Órgãos/Entidades com Maior Efetividade (%) de Respostas

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Percentual de Resposta
1º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	224	100%
1º	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	SEPLAD	189	189	100%
1º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	162	100%
1º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	100	100%
1º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	85	100%
1º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	82	100%
1º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASEP	73	73	100%
1º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	66	100%
1º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	61	100%
1º	Controladoria Geral do Estado	CGE	52	52	100%
		Total	3849	3720	

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Percentual de Resposta
1º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPARÁ	49	49	100%
1º	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	SEASTER	44	44	100%
1º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	43	100%
1º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	41	100%
1º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	38	100%
1º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	35	100%
1º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	34	100%
1º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLOR - Bio	32	32	100%
1º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	31	100%
1º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	28	100%
1º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	25	100%
1º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	25	100%
1º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	25	100%
1º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESPA	24	24	100%
1º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	22	100%
1º	POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PCEPA	22	22	100%
1º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	19	100%
1º	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTET	SECTET	19	19	100%
1º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	19	100%
1º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	18	100%
1º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	18	100%
1º	EMP. TEC. DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO PARA.	PRODEPA	17	17	100%
1º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	13	100%
		Total	3849	3720	

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAEE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Percentual de Resposta
1º	SEAC-SECRETARIA ESTRATEGICA DE ARTICULACAO	SEAC	12	12	100%
1º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	11	100%
1º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDADÃO	10	10	100%
1º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	7	100%
1º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	7	100%
1º	AGENCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - AGTRAN	AGTRAN	6	6	100%
1º	Companhia de Gás do Pará	GASPARA	6	6	100%
1º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	4	100%
2º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	218	99,5%
3º	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	SEMAS	202	201	99,5%
4º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	270	98,5%
5º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	133	97,8%
6º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	175	97,8%
7º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	80	97,6%
8º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	101	94,4%
9º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	153	92,7%
10º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV (Casa Civil)	64	59	92,2%
11º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	43	91,5%
12º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	28	90,3%
13º	FUNDACAO PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	9	90%
14º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	243	89%
15º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	8	88,9%
15º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	8	88,9%
16º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	75	88,2%
17º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	57	86,4%
18º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	9	81,8%
		Total	3849	3720	

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Percentual de Resposta
19º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	47	79,7%
20º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	3	27,3%
21º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	2	16,7%
		Total	3849	3720	

Órgãos/Entidades com Menor Tempo Médio de Resposta

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Tempo Médio de Resposta (dias)
1º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	2	0,5
2º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	3	1,3
3º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	18	2,9
4º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	82	3,9
5º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	270	4,4
6º	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	SEPLAD	189	189	6,2
7º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	34	6,3
8º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	66	6,5
9º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESPA	24	24	6,6
10º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	162	6,7
11º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	101	6,8
12º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	38	6,9
13º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	7	7,3
14º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	224	7,8
15º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	8	8,1
16º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	28	8,3
17º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	25	8,8
18º	AGENCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - AGTRAN	AGTRAN	6	6	9
19º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	22	9,1
20º	Companhia de Gás do Pará	GASPARA	6	6	9,8
21º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	7	10,1
		Total	3849	3720	22

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FDF0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Tempo Médio de Resposta (dias)
22º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	133	10,2
23º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	19	10,3
24º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPARÁ	49	49	10,5
25º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	31	10,6
26º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	85	10,8
27º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	61	10,8
28º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASEP	73	73	10,9
29º	Controladoria Geral do Estado	CGE	52	52	11
30º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	25	11,9
31º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	100	12,3
32º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	35	12,6
33º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	75	13,1
34º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	57	13,9
35º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	41	14,4
36º	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	SEMAS	202	201	15,1
37º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	175	15,2
38º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	47	15,7
39º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	218	16,5
40º	SEAC-SECRETARIA ESTRATEGICA DE ARTICULACAO	SEAC	12	12	16,8
41º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	18	16,8
42º	POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PCEPA	22	22	17,1
43º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	243	17,5
44º	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTET	SECTET	19	19	18,2
45º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	43	18,7
		Total	3849	3720	22

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FDF0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Tempo Médio de Resposta (dias)
46º	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	SEASTER	44	44	18,7
47º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	153	19
48º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	11	20,5
49º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	4	21,2
50º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLO - Bio	32	32	23,4
51º	FUNDACAO PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	9	25,1
52º	EMP.TEC.DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO PARA.	PRODEPA	17	17	25,1
53º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	13	26,5
54º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	80	27,2
55º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV (Casa Civil)	64	59	27,8
56º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	28	28,5
57º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	43	33,7
58º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	9	54,7
59º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	19	71,4
60º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	8	103,1
61º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	25	172,8
62º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDADÃO	10	10	194,4
		Total	3849	3720	22

Órgãos/Entidades com Maior Quantidade de Solicitações Não Respondidas

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Não Respondidas
1º	Secretaria de Estado de Educação	SEDUC	273	243	30
2º	Hospital Ophir Loyola	HOL	59	47	12
2º	Secretaria de Estado de Saúde Pública	SESPA	165	153	12
3º	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR	12	2	10
3º	Secretaria de Estado de Transporte	SETRAN	85	75	10
		Total	3849	3720	129

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Não Respondidas
4º	Companhia de Habitação do Estado do Pará	COHAB	66	57	9
5º	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	CPH	11	3	8
6º	Companhia de Saneamento do Pará	COSANPA	107	101	6
7º	Casa Civil da Governadoria	GABGOV (Casa Civil)	64	59	5
8º	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará	ADEPARA	47	43	4
8º	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP	179	175	4
8º	Departamento de Trânsito do Estado do Pará	DETRAN	274	270	4
9º	Fundação Carlos Gomes	FCG	31	28	3
9º	Secretaria de Estado da Fazenda	SEFA	136	133	3
10º	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana	FHCGV	11	9	2
10º	Instituto de Terras do Pará	ITERPA	82	80	2
11º	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano	NGTM	9	8	1
11º	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural	NGPR	9	8	1
11º	FUNDACAO PARAPAZ	FPARÁPAZ	10	9	1
11º	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	SEMAS	202	201	1
11º	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará	IGEPREV	219	218	1
12º	Casa Militar da Governadoria	GABGOV (Casa Militar)	4	4	0
12º	AGENCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - AGTRAN	AGTRAN	6	6	0
12º	Companhia de Gás do Pará	GASPARA	6	6	0
12º	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará	CODEC	7	7	0
12º	Fundação Paraense de Radiodifusão	FUNTELPA	7	7	0
12º	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito	CREDCIDADÃO	10	10	0
12º	Escola de Governança Pública do Estado do Pará	EGPA	11	11	0
12º	SEAC-SECRETARIA ESTRATEGICA DE ARTICULACAO	SEAC	12	12	0
12º	Centrais de Abastecimento do Pará S/A	CEASA	13	13	0
		Total	3849	3720	129

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2AD5B59FA6.15439D2C1B558B6F.007064FDF0CDF63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Não Respondidas
12º	EMP.TEC.DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO ESTADO DO PARA.	PRODEPA	17	17	0
12º	Fundação Cultural do Estado do Pará	FCP	18	18	0
12º	Imprensa Oficial do Estado	IOE	18	18	0
12º	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará	HEMOPA	19	19	0
12º	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - SECTET	SECTET	19	19	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia	SEDEME	19	19	0
12º	Junta Comercial do Estado do Pará	JUCEPA	22	22	0
12º	POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PCEPA	22	22	0
12º	Fundação Amazônia de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará	FAPESPA	24	24	0
12º	Secretaria de Estado de Comunicação	SECOM	25	25	0
12º	Secretaria de Estado de Cultura	SECULT	25	25	0
12º	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SEEL	25	25	0
12º	Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará	EMATER	28	28	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	SEDAP	31	31	0
12º	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	IDEFLOR - Bio	32	32	0
12º	Banco do Estado do Pará	BANPARÁ	34	34	0
12º	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará	ARCON	35	35	0
12º	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SEJUDH	38	38	0
12º	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará	FASEPA	41	41	0
12º	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas	SEDOP	43	43	0
12º	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	SEASTER	44	44	0
12º	Instituto de Metrologia do Estado do Pará	IMETROPARÁ	49	49	0
12º	Controladoria Geral do Estado	CGE	52	52	0
		Total	3849	3720	129

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)
EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FD0FCD6F63

	Órgão/Entidade	Sigla	Solicitações	Respondidas	Não Respondidas
12º	Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	FSCMPA	61	61	0
12º	Universidade do Estado do Pará	UEPA	66	66	0
12º	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará	IASEP	73	73	0
12º	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará	CBM	82	82	0
12º	Polícia Militar do Estado do Pará	PMPA	85	85	0
12º	Procuradoria Geral do Estado do Pará	PGE	100	100	0
12º	Polícia Civil do Estado do Pará	PCPA	162	162	0
12º	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	SEPLAD	189	189	0
12º	Secretaria de Estado de Segurança Pública	SEGUP	224	224	0
		Total	3849	3720	129

EM 25/03/2024 10:08 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 0EEA67287E1CE2A2.BAEE0D2A5D5B9FA6.15439D2C1B558B6F.007064FDF0CDF63 ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)